

RESENHA

SOBRE CRÍTICAS E PSICOLOGIAS: QUE PSICOLOGIA (SOCIAL) ACEITAMOS E FAZEMOS REVERBERAR? *ACERCA DE CRÍTICAS Y PSICOLOGÍAS: QUE PSICOLOGÍA (SOCIAL) ACEPTAMOS Y REVERBERAMOS? ABOUT CRITICISM AND PSYCHOLOGIES: WHAT (SOCIAL) PSYCHOLOGY DO WE ACCEPT AND ALLOW TO REVERBERATE?*

<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p622>

Luciana Kind

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil

Resenha de:

Parker, I. (Ed.) (2015). *Handbook of Critical Psychology*. London/New York: Routledge.

A chamada de manuscritos para a *Edição Comemorativa dos 30 da Revista Psicologia & Sociedade* convidou colaborações em três eixos, sendo um deles “A crítica na produção de conhecimentos em Psicologia Social no Brasil”. O manual que aqui se resenha tem a crítica como elemento central, seja ela ponto de denúncia de práticas individualizantes, a-históricas e apolíticas de se fazer psicologia, seja um elemento adjetivador da própria área.

O “manual de psicologia crítica”, possibilidade de tradução do título do livro é um projeto ousado, que congrega 46 capítulos, escritos por 68 pesquisadoras e/ou profissionais “psi” que atuam em países de 5 continentes. Desde as primeiras linhas é notório o empenho coletivo na construção de algo que pode ser caracterizado como uma “ciência dos manuais”, nos termos que Fleck teorizou no início do século XX (1935/2010). Pretende informar a psicologia de um cenário de debates em curso há algumas décadas e, para esse fim, compila múltiplas visões de crítica, de diferentes subcampos “psi”, e contempla expressiva diversidade geográfica, no auspicioso esforço de tornar o debate inteligível em âmbito internacional. Na introdução, Ian Parker admite o “projeto grandioso” no qual ele e as/os autoras/es se emaranham, dada a complexidade de saberes concorrentes que se filiam à psicologia, como campo disciplinar. Também se reconhece a não univocidade do que se toma por psicologia crítica, mas aposta na exposição da “variedade de pontos de partida culturais e políticos

que tornam a psicologia crítica, atualmente, um terreno de debates vibrantes em contestação.” (p. 2).

Apesar de apresentar o manual como um estado da arte da psicologia crítica, com a clara intenção de se tornar texto de referência para pesquisadoras/es, estudantes e profissionais “psi”, Parker reconhece a multiplicidade de compreensões possíveis do que a leitora encontrará ao longo das mais de quatro dezenas de capítulos ali reunidos. Ele nos antecipa que as pessoas que colaboram na escrita dos capítulos adotaram certos princípios – de modo mais ou menos explícito e em graus variados – para a construção de seus próprios argumentos em torno do que tomam como “crítica à psicologia” ou “psicologia crítica”. Por esse ângulo, o organizador apresenta dois blocos de princípios que nos auxiliam na compreensão da diversidade de compreensões sobre a relação entre *crítica e psicologia*.

No primeiro bloco, estaria em jogo uma leitura crítica da psicologia e do estatuto de cientificidade da área. Entre os princípios que Parker destaca nesse primeiro conjunto estão: a separação entre psicólogas/os (pesquisadoras/es) e os sujeitos que se constituem como seus “objetos de estudo”; o reducionismo das complexas experiências humanas à conceituação psicológica; a dimensão abstrata dos sujeitos, herança do positivismo como base epistemológica; a interpretação psicológica negada em seu caráter ideológico; e a suposta objetividade, ou “falsa neutralidade”, que subsidia as pesquisas e práticas na área.

Um segundo bloco de princípios situa a crítica como o *ethos* da prática psicológica, a começar pelo entendimento da psicologia como disciplina que tece alianças “entre acadêmicos, profissionais e usuários

de serviços para construir uma abordagem prática respeitosa e potente”. Os demais princípios que embasam a crítica como dimensão ética da psicologia são assim mencionados: a ação humana é indissociável do contexto histórico e cultural onde se passa; as pessoas assujeitadas são capazes de compreender e se opor às formas de opressão que experienciam; a pesquisa e a prática crítica se voltam para a transformação social; psicólogas e psicólogos podem fazer da crítica seu ponto de partida para produzir outro tipo de engajamento da própria psicologia.

É necessário abertura para ler o manual e acompanhar a diversidade teórica, metodológica e geográfica que ele comporta. Lendo como psicóloga social brasileira, reconheço pontos de convergência entre elementos da discussão sobre o que entendemos por crítica, no contexto da produção nacional, mas também identifiquei estranhamentos.

O manual está ordenado em três partes, com subdivisões na primeira e terceira parte. A primeira parte se destina a mostrar variedades de psicologia e de crítica, subdivididas em formas convencionais de pensamentos psicológico (parte Ia), questionamentos radicais às subáreas convencionais da psicologia (parte Ib) e áreas adjacentes ao campo “psi” (parte Ic). A segunda parte dá espaço a abordagens cujos princípios teóricos e/ou metodológicos justificariam a denominação “psicologia crítica”. A terceira parte reúne textos que localizam a psicologia e a crítica sob diferentes posicionamentos, sejam eles constituídos por perspectivas teórico-metodológicas específicas (parte IIIa) ou por lugares a partir dos quais a psicologia crítica pode (ou não) conformar outros debates (parte IIIb). Cada uma das partes apresenta bem as discussões propostas, sem que os capítulos se mostrem convergentes. Mantém-se ao longo do manual a proposta de multiplicidade em torno das argumentações sobre o que se toma por crítica, o que se critica e como certas (sub)áreas se configuram como psicologia crítica. A ordenação dos textos nessas partes produz um efeito de leitura curioso: as partes expressam a intenção de ordenamento, mas não impedem que as leitoras e leitores percorram outros trajetos de leitura, saltando entre textos de diferentes partes com seu olhar interessado em temas, abordagens e epistemologias específicas.

É impossível converter essa resenha em um resumo *pari passu* de cada um dos 46 capítulos, mas vale acentuar alguns títulos e outras possibilidades de leitura que não a exposição linear. Com essa proposta em vista, apresento minha leitura em eixos transversais possíveis, com destaque para alguns capítulos, que de alguma forma convocaram minha atenção. Também

manifesto meus estranhamentos com o texto em alguns pontos, suscitados por meu próprio posicionamento como pesquisadora e extensionista brasileira, acostumada a tomar por “crítica” a psicologia social que defendo.

A seção que abre a primeira parte (Ia) expõe críticas ácidas no primeiro eixo de princípios orientadores do que costumeiramente se toma por “boa ciência” ou “boa prática” em psicologia. O primeiro capítulo trata das falácias dos métodos quantitativos que conferem um ar de cientificidade, denunciando o corporativismo na produção de conhecimentos que deles dependem para se conseguir o prestígio de uma “ciência real”. Variadas subáreas estão contempladas nesta primeira seção, algumas firmemente criticadas por se reproduzirem em torno de sujeitos abstratos, em perspectivas individualizantes e reducionistas (psicologia cognitivista, psicologia do desenvolvimento, psicologia biológica e psicologia da personalidade).

Outras subáreas são defendidas de “críticas externas” que, na opinião de autoras e autores que as preservam, seriam fruto da incapacidade de se compreender a historicidade e a dimensão política nelas contempladas. Entre esses casos está a psicologia das emoções, que localiza “possibilidades progressistas” da subárea, especialmente nas contribuições que dialogam com Spinoza. Temos Bader Sawaia citada entre as autoras referendadas por Paul Stener, que assina o capítulo *Emotion: being moved beyond the mainstream*, para sustentar o argumento de que a base conceitual em Spinoza permite a construção de uma leitura ético-política das emoções, em prol da transformação social.

Também encontramos uma defesa do behaviorismo radical proposto por Skinner, em detrimento das “críticas externas” que reduzem suas contribuições ao behaviorismo clássico de Watson. A autora do capítulo que trata dessa abordagem, Maria R. Ruiz, argumenta que o behaviorismo radical deve ser compreendido pela ênfase nos eventos privados (e não mentalismo), por se filiar, epistemologicamente, ao pragmatismo (e não ao positivismo) e por se apoiar na perspectiva de transformação ao longo do tempo, que se retoma de Darwin. Confesso que me faltam elementos para acompanhar os argumentos da autora ou, admito, talvez meus próprios preconceitos teóricos dificultem a tarefa. No Brasil, o projeto de ciência comportamentalista, com apoio no método experimental, conferiu prestígio e ares de cientificidade ao behaviorismo, como acentuam adeptos desta abordagem (Todorov & Hannah, 2010). Nesse sentido, mesmo com Skinner, acostumei-me a ver o

behaviorismo como uma abordagem convencional de psicologia e não como uma vertente crítica.

O capítulo intitulado *Social psychology: a commentary on organizational research* é assinado por Parisa Dashtipour, autora que leciona no Reino Unido, em um departamento de psicologia organizacional. A crítica interna à subárea da psicologia social dá o tom do texto. Apoiada em Harré, a autora enfatiza a divisão entre dois polos – o da *psicologia social psicológica* e o da *psicologia social sociológica*, que leitoras/es brasileiras/os reconheceriam mais imediatamente em Farr (1998). A autora acentua a variabilidade de tópicos de estudo, “incluindo atitudes, percepção, influência social e preconceito” e interesses de uma “psicologia social aplicada” a campos como “imigração, educação, relações de gênero e saúde mental”. Mas há uma ênfase da autora na dimensão convencional da psicologia social que subsidia a leitura do comportamento organizacional, cenário que lhe é familiar.

O olhar de uma leitora formada em psicologia social de inflexão abropsiana, faz-me vaguar entre outras formas de leitura. Acompanhando todas as seções do manual, vejo as fronteiras (sub)disciplinares da psicologia desafiadas por autores como Foucault, Derrida, Paulo Freire e Vygotsky. A psicologia discursiva e o marxismo se somam a esses autores na tecitura de novas formas de pensar conhecimentos e práticas desenvolvidas como “psicológicas” em capítulos que tratam do questionamento da anormalidade (*Abnormal psychology, Forensic psychology, Alienists and alienation*, para mencionar alguns). Entre as variedades de psicologia crítica, encontramos, de fato, ângulos diversificados de compreensão de como a crítica alimenta novas formas de pensar desde a psicanálise (no capítulo intitulado *Does psychoanalysis have anything to say to critical psychology*), passando pelo conceito de desconstrução, tomado como um dos fundamentos da psicologia crítica (vejam o capítulo *Deconstruction*), e no apoio em Deleuze e Guattari e na psicologia discursiva, capítulos que fecham a segunda parte do manual (*Deleuzian perspectives e Discursive psychology*).

Das epistemologias críticas que se opõem às teorizações e métodos desenvolvidos pela psicologia estadunidense e europeia, encontramos capítulos com leituras feministas (*Psychology of women e Feminist psychology*), problematizações que partem de pautas LGBT e queer (*From “lesbian and gay psychology” to a critical psychology of sexualities e Queer theory*), a apresentação de um novo enquadre para as discussões raciais, com uma *psicologia negra*¹ (*Black psychology*) e a proposta de autoras filipinas para uma *psicologia indígena* (*Indigenous psychologies and*

critical-emancipatory psychology). As epistemologias pós-coloniais (*Postcolonial theory*) e a psicologia da libertação (*Liberation psychology*) também são filiadas a perspectivas que se alinham com a proposta da crítica como um *ethos*, na medida em que desmontam e se opõem às lógicas convencionais de se fazer e praticar psicologia.

A contribuição de autoras (e autor) brasileiras aparecem em três capítulos do manual. Mary Jane Paris Spink e Peter Kevin Spink colaboram com o capítulo *Organizational psychology and social issues: the place of the place*. O ponto de partida – e da crítica dos autores – é a “psicologia organizacional”, habitualmente pensada como psicologia em contextos de trabalho e capturada pelas escolas de administração, pelo enquadre primordialmente econômico para compreender os modos como as pessoas se organizam na vida cotidiana, em espaços para além do trabalho. Posicionados desde uma perspectiva pós-construcionista, Mary Jane e Peter nos guiam a partir de uma fala do padre e ativista que encontram no Jardim Ângela, São Paulo: “a cabeça pensa onde os pés caminham”. A frase leva os autores a problematizarem “a necessidade de reconectar a psicologia à materialidade, sociabilidade e institucionalidade dos lugares onde os pés se movem e que são constitutivos da ação psicológica.” (pp. 156-157). Com esse argumento, os autores nos convidam a refletir sobre o “lugar do lugar” em nossas possibilidades de conhecer a intervir em questões sociais. O território que nos apresentam, o Jardim Ângela, região periférica de São Paulo, é cenário de “muitas camadas de discursos, instituições e práticas”, que são analisadas em sua multiplicidade. Os actantes que se encontram e se organizam nesse lugar – moradores, políticos, trabalhadores e gestores de diferentes políticas públicas, para mencionar alguns, trazem agendas múltiplas e diferentes formas de compreender as questões sociais que devem enfrentar em conjunto.

O capítulo *Feminist psychology: researches, interventions, challenges* traz os questionamentos de Amana Mattos sobre as tensões entre psicologia e feminismos, uma vez que “a psicologia, como um discurso científico, é profundamente comprometida com o controle das mulheres” (p. 329). A autora questiona alguns conceitos e modos de teorização “psi” que a posicionam criticamente, ao lado das epistemologias feministas, contra a psicologia que se pauta pela universalização de seus objetos de estudo. A noção de desenvolvimento do sujeito autônomo, perpetuada por vertentes de psicologia desenvolvimentista, é criticada por sua busca incessante por anormalidades e pela instrumentalização

de especialistas (médicos, educadores, intelectuais e políticos) que fazem incidir seus saberes e práticas na normatização dos corpos e condutas de mulheres, especialmente por seu “papel” de mães. As limitações do conceito de identidade e seus ideais normativos na conformação de indivíduos, grupos e nações são explicitadas pela crítica feminista. A denúncia da heteronormatividade implícita em teorizações “psi” sobre a sexualidade também é explorada pela autora. Sua discussão acentua a dimensão heterogênea das pesquisas e intervenções feministas, que devem, em suas palavras “compreender e desconstruir opressões cotidianas” enfrentadas por mulheres.

O texto de Raquel S. L. Guzzo – *Critical psychology and the American continent: from colonization and domination to liberation and emancipation* –, demarca as diferenças políticas e sociais que, de norte a sul do continente americano, conformam o desenvolvimento da psicologia em suas agudas diversidades e iniquidades. Raquel desvela o contexto no qual conhecimentos e práticas científicas eram endereçadas aos países das Américas Central e do Sul durante os regimes ditatoriais que marcaram suas histórias, impedindo que produções como as de psicólogos cubanos – notadamente Martín-Baró – compusessem possibilidades de formação. Como resultado, o “primado da prática clínica e da formação da psicologia como profissão liberal sustentaram a disciplina como uma poderosa ferramenta ideológica para manutenção da estrutura do sistema econômico prevalente”. (p. 409). As articulações em conferências científicas, promovidas nos anos sessenta e setenta, propiciaram a difusão do projeto ético-político da psicologia da libertação, em prol de “uma sociedade mais igualitária e justa e pela inclusão de excluídos” (p. 411). A autora argumenta que as perspectivas de psicologia crítica nos países latino-americanos se caracterizam, portanto, como um “movimento para a transformação social”, tendo, como uma de suas consequências, a dificuldade de financiamento e reconhecimento internacional.

A leitura provocou alguns estranhamentos, em parte pela dificuldade da leitora em identificar em áreas específicas, como a psicologia humanista, aconselhamento psicológico e, em outras perspectivas de psicologia clínica, lampejos de transformação social mais profunda que não a viabilidade de mudança “pessoal”. Outro estranhamento – que revela o apego da leitora à psicologia social brasileira como uma versão possível de psicologia crítica – diz respeito a ler o capítulo *Community psychology* sem encontrar referências ao Brasil, entre os muitos

países mencionados na página 149. Um último estranhamento (surpresa, para ser mais exata), foi o encontro com a discussão sobre um posicionamento crítico em prol da mudança social na psicologia latino-americana, colocada por um pesquisador palestino. Ibrahim Makkawi enfatiza que as experiências de psicologia comunitária latino-americanas forçaram as práticas acadêmicas a produzirem respostas em prol da justiça social. Citando Martín-Baró, Paulo Freire e Maritza Montero, entre outros autores, Makkawi busca inspiração para lidar com os desafios de construção de uma psicologia comunitária crítica no contexto colonial palestino, o que pauta em seu capítulo (*Critical psychology in the Arab world*).

O acesso ao manual nos permite ampliar o conhecimento sobre como, internacionalmente, se tem construído olhares críticos sobre subáreas tradicionais da psicologia, como certas vertentes, ao se posicionarem como “psicologia crítica”, afirmam seu compromisso com a crítica que fazem à certos contornos de cientificidade “psi”, mas também nos deparamos com posicionamentos que se opõem à psicologia e seu projeto científico em conjunto, apostando em epistemologias engajadas com propostas políticas distintas dos saberes psicológicos. Foucault (1981/2010, p. 356), em um de suas reflexões sobre o que seria “a crítica” aponta que ela não trataria de “dizer que as coisas não são bem como são”. Diferentemente, “ela consiste em ver em que tipos de evidências, de familiaridades, de modos de pensamento adquiridos e não refletidos repousam as práticas que aceitamos”. Nesse sentido, a leitura do manual atualiza discussões que a psicologia social brasileira toma como pauta permanente, pois nos permite indagar: que psicologia (social) aceitamos e fazemos reverberar?

No Brasil, a formação em psicologia é generalista e marcada por diferentes formas de compreender a ciência e a práticas “psi”. Em programas de pós-graduação em que essas diferenças aparecem mais marcadamente, quando há diferentes psicologias representadas em distintas áreas de concentração ou linhas de pesquisa, a variabilidade da área decorre em disputas sobre quais saberes e práticas são “mais científicos”. Nosso próprio sistema de avaliação da pós-graduação legitima versões mais científicas – por vezes acríticas – de se fazer ciência. A psicologia social tem se apresentado, historicamente, como uma subárea que se posiciona criticamente, construindo-se no eixo de princípios que, como Parker descreve ao introduzir-nos na leitura do manual, situa a crítica como um *ethos*, definindo-se pelo compromisso ético e político nos saberes e práticas que propõe.

Nota

- ¹ Agradeço a Cristiano Rodrigues pelo diálogo em torno da tradução de *Black psychology*, que nos levou a pensar que, no Brasil, as discussões sobre raça e etnia são transversais a diferentes áreas das ciências humanas, sendo difícil imaginar uma “psicologia negra” ou uma “psicologia indígena”. Cabe aprofundar essa compreensão. Fica o convite a pesquisadoras e pesquisadores dedicados a esses eixos de estudo para a leitura dos capítulos *Black psychology* e *Indigenous psychology*, para novas elucidações sobre essa intuição: será que nossa psicologia (social) teria algo a dizer que justifique as adjetivações “psicologia negra” e “psicologia indígena”?

Referências

- Farr, R. (1998). *As raízes da Psicologia Social moderna*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2010). É importante pensar? In *Repensar a política* (pp. 355-358). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original em francês publicado em 1981)
- Fleck, L. (2010). *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum. (Original em alemão publicado em 1935).

Todorov, J. C., & Hanna, E. S. (2010). Análise do comportamento no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(spe), 143-153. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000500013>

Submissão em: 10/08/2016

Aceite em: 12/09/2016

Luciana Kind do Nascimento é doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007), tendo realizado estágio doutoral no Instituto Max Planck para a História da Ciência em Berlim (2005) e estágio pós-doutoral em Psicologia Social na Universidade Federal de Minas Gerais (2010). Mestre em Psicologia Social pela UFMG (2003). Integrou a equipe responsável pela implantação do Pró-Saúde PUC Minas e foi tutora do PET-Saúde/VS. É professora no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e líder do grupo Narrativas, Gênero e Saúde (NAGES), cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Endereço: PPGP – PUC Minas. Av. Itaú, nº 525 - Bairro Dom Cabral - Belo Horizonte/MG - CEP: 30535012

E-mail: lukind@gmail.com